

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

FASUBRA CUT

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

UFRJ inicia 2016 sabendo que não terá dinheiro para cobrir todas as despesas

PÁGINA 5

Apesar de ainda aguardar por repasses, direção do HUCFF acredita que tempos difíceis passarão

PÁGINA 4



RETROSPECTIVA



Reveja, no encarte especial que acompanha esta edição do Jornal do Sintufrj, os principais fatos que marcaram a luta sindical da categoria em 2015.

PESQUISA

Professor da Odonto desenvolve dispositivo inédito para exames de imagem em animais

A descoberta é original e a patente foi registrada pela UFRJ no Inpi, em 2014

Foto: Renan Silva

O professor da Faculdade de Odontologia Carlos Henrique da Luz Barbosa, a partir de sua pesquisa com células-tronco para recuperar a articulação contra-mandibular, desenvolveu um equipamento único na área de imagem. É o Dispositivo de Contenção para Exames de Imagem para Animais de Pequeno Porte (DCEIAPP).

O modelo de acrílico transparente, desenvolvido sob a forma de caixa de contenção, incorpora uma inovação no âmbito das Ciências Cirúrgicas e da Clínica, além da Veterinária e da Cirurgia Experimental, tanto nacional como internacional. E tornou-se uma patente desenvolvida na UFRJ pelo Centro de Cirurgia Experimental da Faculdade de Medicina, com o potencial de ser produzido em escala, despertando o interesse para futuras parcerias.

Pelos animais

A dissertação de mestrado do professor Carlos Henrique para obtenção do título de mestre em ciências, que teve a orientação dos professores Alberto Schanaider e André Monteiro, durou dois anos e foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Cirúrgicas do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina da UFRJ. O estudo foi publicado na revista *Biomed Research International* em maio de 2014.

O enfoque da dissertação fundamentou-se na dificuldade de conter animais de pequeno porte para realizar exames de imagens, sem que haja a necessidade do contato da equipe assistente, quando anestesiados e em respiração espontânea. Os diversos dispositivos existentes impõem uma série de restrições ao seu uso em aparelhos de radiologia e representam um desafio para a correta execução dos exames de imagem.

“O dispositivo é inédito e original. Creio que vai facilitar muito as pesquisas”, observa Carlos Henrique. Ele explica que inicialmente o foco da pesquisa era com células-tronco para tratamento de osteoartrose mandibular, e precisava usar uma tomografia computadorizada de feixe cônico (Conebeam), que é muito usada pela odontologia. Nesse procedimento o paciente fica na posição vertical, sentado; mas ele não tinha como colocar o coelho sozinho, a não ser que tivesse uma equipe para segurar.

“O insight para isso surgiu

de Deus mesmo, porque desde o início da pesquisa com células-tronco pedi a Deus para que me iluminasse. Meu sonho é conseguir o tratamento da osteoartrose mandibular com células-tronco. E no meio do caminho não pude fazer a tomografia, pois o paciente entra deitado, e na odontologia é em pé. Pedi a Deus que me iluminasse para que eu colocasse o coelho em pé. A caixa para pôr o coelho poderia ser feita e tive a ideia de procurar um amigo marceneiro, que fez o protótipo primeiro em madeira, e aqui no CCS (Centro de Ciências da Saúde) foi transformada em acrílico transparente”, conta o professor.

Ineditismo

Um dos desafios encontrados por profissionais da área de pesquisa experimental com algumas espécies de animais de pequeno porte (de 3 a 10 kg) consiste na contenção e imobilização adequadas, com conforto e segurança durante a realização de exames de imagem.

Habitualmente são utilizadas caixas de transporte até o local onde o exame é realizado. Várias instituições de pesquisa, clínicas especializadas ou hospitais veterinários não têm instalações com equipamentos próprios para realização de exames de imagem em coelhos, cães menores e miniporcos.

Em geral, quando é realizado exame durante uma investigação ou pesquisa, quer seja radiológico, tomográfico, por ressonância magnética ou cintigráfico, diversas incidências são necessárias. Isso requer constante reposicionamento do animal. No caso da tomografia computadorizada, muito utilizada na odontologia para obter imagens tridimensionais, o exame é mais complexo, visto que, além do animal precisar de procedimento anestésico, se utiliza a posição vertical.

O professor verificou, então, a necessidade de se criar e validar um dispositivo para a contenção e imobilização de animais de pequeno porte, ergonômico, funcional, capaz de viabilizar exames de imagens em diversas incidências, com mais segurança e redução da contaminação ambiental e da equipe de assistência. Com o dispositivo, Carlos Henrique pretende continuar sua pesquisa com células-tronco.

A patente foi registrada pela UFRJ no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), em 2014, sob o número BR 20 2014 02 25 033 1.



CARLOS Henrique, a caixa de acrílico e o coelho posicionado para o exame

ATO UNIFICADO

Entidades lançam campanha em defesa da universidade pública e da democracia

Foto: Renan Silva

O salão nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) foi palco, no dia 16 de dezembro, do ato de lançamento da campanha em defesa da universidade pública organizado pelo Sintufjr, Adufrj, Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (Attufjr), IFCS, DCE Mário Prata e Associação dos Pós-Graduandos da UFRJ (APG).

Segundo o diretor do IFCS, Marco Aurélio Santana, o ato foi o ponto de partida para a ampla campanha que começará a partir de janeiro de 2016 incorporando outros setores, “porque essa luta não é só da universidade, é uma luta da sociedade”, afirmou.

O ato foi aberto com os presentes fazendo um minuto de silêncio em memória do técnico-administrativo Renato Tavares dos Santos, falecido no dia 15 de dezembro, no prédio da Reitoria. A maioria dos trabalhadores terceirizados da universidade participaram do evento, assim como o diretor da Escola de Comunicação (ECO), Amaury Fernandes.

Momento exige mobilização

Marco Aurélio Santana relacionou declarações de integrantes do escalão superior do MEC nada favoráveis ao futuro da educação pública e que deixam a comunidade universitária apreensiva. Segundo o diretor do IFCS, o caminho contra a precarização que as universidades vivenciam é a batalha necessária a ser travada.

“Já temos vivido vários problemas com o processo de terceirização nos nossos campi. E sob qualquer aspecto, e principalmente sob aquele referente a padrões mínimos de trabalho decente, não se pode dizer que a terceirização seja um processo virtuoso e que tenha feito bem ao nosso fazer cotidiano. Esse não é o presente e nem o futuro que queremos, por isso estamos aqui”, acrescentou.

Terceirizados – Como exemplo de luta contra a precarização, os precarizados da universidade criaram a Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (Attufjr). A presidente da entidade, Waldinea Nascimento, relatou o drama vivido por eles, que ficam sem pagamento e não têm os direitos trabalhis-



SALÃO nobre: dirigentes sindicais e lideranças estudantis compõem a mesa do ato que uniu os segmentos da UFRJ

tas mínimos respeitados pelas empresas. Um problema que se tornou recorrente na instituição, mas que tem sido combatido e denunciado pela Attufjr. “A criação da associação foi muito acertada para a organização dos trabalhadores terceirizados. Mostramos que nossos direitos são legítimos e que não temos que abaixar a cabeça. Somos importantes, porque sem o nosso trabalho a universidade não funciona”, disse a dirigente sindical.

Técnico-administrativo – O coordenador-geral do Sintufjr Francisco de Assis destacou o empenho da entidade em apoiar os trabalhadores terceirizados e externou satisfação com a criação da Attufjr. “Mais um ente da comunidade universitária”. O dirigente explicou que o apoio é no sentido de solidariedade de classe, porque a luta do movimento é contra a terceirização, que representa “um dano aos trabalhadores e à universidade”.

Assis disse que é preciso continuar a luta contra a terceirização, porque ela avança e consome os recursos da universidade: “Precisamos estar unidos e organizados, porque essa luta é para manter a autonomia e a sobrevivência da universidade. Espero que esse ato seja a retomada de nossa reação aos ataques feitos pelo

governo federal, principalmente contra o ajuste fiscal, que está prejudicando nossa universidade”. E defendeu ainda o dimensionamento da força de trabalho da universidade, para que se possa ter uma análise real de suas necessidades e a contratação via concurso público. “Vamos lutar até as últimas consequências para manter a universidade pública, gratuita e de qualidade”, concluiu.

O coordenador de Organização e Política Sindical do Sintufjr, Boaventura Sousa, comparou as precárias condições de trabalho a que eram submetidos os trabalhadores mais humildes da UFRJ à realidade atual vivida pelos trabalhadores terceirizados. Por fim, enalteceu o esforço dos trabalhadores que mantêm a universidade de pé, principalmente os profissionais do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), ativos e terceirizados.

O coordenador de Administração e Finanças do Sintufjr, José Caetano, denunciou a grave crise pela qual passa o HUCFF. O dirigente convocou a comunidade a vir em seu socorro, e sugeriu atos em sua defesa. No dia 16 de dezembro, segundo ele, o hospital não tinha ainda como pagar 50% de seus trabalhadores. “O governo

é criminoso. Está matando famílias com a falta de repasse dos recursos”, desabafou.

Também para o coordenador de Comunicação Sindical do Sintufjr Rafael Coletto, aquele era o primeiro ato, é só o começo de muito trabalho que teriam pela frente, e que deveria ser conduzido com ações firmes por parte da universidade em relação à Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares). “É fundamental se posicionar contra a Ebserh. Estamos vendo um ataque pró-Ebserh, uma chantagem do governo para implementá-la. Existe uma luta política e precisamos nos posicionar. Ser a favor do serviço público é ser contra qualquer iniciativa privada, como a Ebserh”, sustentou.

Para o coordenador de Educação, Cultura e Formação do Sintufjr, Paulo César Marinho, é preciso haver também maior envolvimento e comprometimento dos gestores da universidade. Ele criticou a ausência de diretores de unidade no ato. Apenas dois estavam presentes, o do IFCS e o da ECO.

Professores – O segundo vice-presidente da Adufrj, Fernando Santoro, afirmou que a defesa da universidade pública é a defesa da democracia. Ele falou também do impacto dos cortes para o des-

monte do serviço público: “Quero destacar a notícia recebida ontem (dia 15) de ameaça de não renovação do Portal de Periódicos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Existem várias formas de se boicotar o funcionamento da universidade, e uma delas é desconectá-la de toda a rede de pesquisa para a qual contribuí. Não estamos falando de um corte com impacto apenas para 2016, mas de algo que pode afetar o futuro da próxima geração”.

Estudantes – As representações estudantis destacaram a importância das ações discentes contra os cortes e a mobilização feita na universidade cobrando assistência estudantil e em apoio à greve dos técnicos-administrativos em educação e dos docentes, que também culminou com a paralisação discente.

Caíque Azael, do DCE Mário Prata, ressaltou a necessidade da união dos segmentos e chamou atenção para a luta por mais verbas para a assistência estudantil. Alice Matos, da Associação dos Pós-Graduandos (APG) da UFRJ, defendeu uma política efetiva de acesso e permanência na universidade. Ela disse que não existe uma política de permanência para os estudantes da pós-graduação e criticou a assistência dada: “As bolsas são vistas como auxílio”.

Diretor do HUCFF termina dezembro otimista em relação ao futuro da unidade

A situação ainda está difícil, mas Eduardo Côrtes acredita que acendeu uma luz no fim do túnel e os tempos ruins vão ser superados com a chegada de dinheiro do governo federal

O diretor do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), Eduardo Côrtes, participou da reunião do Conselho de Coordenação do Centro de Ciências da Saúde (CCS) no dia 21 de dezembro para expor a situação da unidade.

As discussões foram longas e só terminaram no início da tarde. Côrtes apresentou números e comparou os pagamentos feitos pelo HUCFF com outros hospitais, e demonstrou otimismo em relação ao futuro, contrariando as versões de que a direção estaria fechando a unidade.

O coordenador-geral do SintufRJ Francisco de Assis disse que o Sindicato assim como a Faubra sempre estiveram de frente na defesa dos hospitais universitários, e que agora chegou a hora de toda a comunidade universitária se unir e lutar pela sobrevivência dos HUs da UFRJ e para impedir que a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) assuma a gestão dessas unidades de saúde.

Críticas – Uma das críticas de Côrtes foi em relação à continuidade das disputas políticas dentro da UFRJ, mesmo depois do fim da eleição para reitor. Ele ressaltou que, quando alguns dos presentes à reunião insistiram em defender a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (que ameaça insucessos nas unidades que a contraíram), todos os candidatos à Reitoria se colocaram contra a Ebserh. Ele ponderou que é preciso repensar a distribuição dos recursos do Rehus (Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais



CORTÊS compartilha os problemas do HU com os profissionais da unidade

Universitários Federais) feita dentro da universidade, e lembrou que o HUCFF sofreu uma implosão, o que levou à redução de leitos, e por isso a reforma da unidade deveria ser considerada prioridade.

Audiência beneficia HUs

Nos dias 16 e 17 de dezembro, a crise da saúde pública no Rio de Janeiro e a situação difícil pela qual passam as unidades de saúde do município foram temas da audiência pública proposta pela deputada federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ), em Brasília, que contou com a participação do ministro da Saúde, Marcelo Castro, diretores de hospitais universitários, como Eduardo Côrtes, representantes da Federação Nacional dos Médicos, dos

Conselhos Federal e Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) e das Associações Nacional e do Rio de Janeiro de Médicos Residentes.

Os representantes dos hospitais universitários informaram atraso nos repasses de recursos e quanto isso dificulta gerir as unidades. “No nosso caso, incluindo tudo, estamos com déficit de R\$ 7,75 milhões de várias rubricas. O ministro da Saúde disse que esta semana (que começou no dia 21 de dezembro) iria acertar as coisas”, informou Côrtes. Segundo ele, o que ficou acertado foi que “o ministro iria mandar os recursos para serem repassados, e pretendia resolver o problema do Pedro Ernesto e do Clementino Fraga Filho”.

“A gente precisa do financeiro (valores) atrasados (de outubro e novembro) dos recursos do Ministério da Saúde, e do orçamentário de dezembro, que o Ministério da Saúde ainda não mandou. Estamos com dificuldades de compras. Mandaram R\$ 800 mil, faltam R\$ 3,4 milhões de dezembro. Fora o financeiro de R\$ 7,75 milhões de dívidas em atraso de outubro e novembro. Pelo que ele (o ministro) falou, ia acertar”, detalhou o diretor. Ele avalia que “a situação parece que vai se acertar, inclusive porque (o Congresso Nacional) votaram o projeto de lei que autoriza o Executivo a passar mais recursos para a Saúde”.

Embora a Reitoria da UFRJ tenha, segundo o diretor, enviado uma ajuda vital que permitiu

Fotos: Renan Silva



ASSIS: movimento sindical sempre lutou pelos HUs

reativar cirurgias mais urgentes e manter consultas de ambulatório, e que embora permanecesse a situação crítica conforme a nota emitida pela direção no dia 16 de dezembro, algumas atividades puderam ser retomadas. “Estamos retomando consultas e todas as cirurgias de câncer, neurocirurgias, vasculares e cardíacas”, listou. A Reitoria enviou o pagamento dos profissionais extraquadro, e com isso o hospital pôde usar os recursos que restavam para comprar de medicamentos.

Deliberações – O Conselho de Centro do CCS aprovou a criação de uma agenda de debates com a comunidade acadêmica sobre a situação dos HUs, em especial a do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho.



Direção discute medidas com os profissionais

No dia 16 de dezembro, a direção geral e os chefes de divisões convocaram todos os trabalhadores do HUCFF para uma reunião no auditório Alice Rosa, no 2º andar da unidade, para que ficassem a par da situação do hospital e opinassem sobre as medidas emergenciais que iriam ser postas em prática.

Orçamento deste ano mantém a universidade no vermelho

Proposta aprovada pelo Consuni aponta déficit de mais de R\$ 53 milhões. Mas Reitoria destinou 1% para a capacitação da categoria. E a luta por recursos continua em 2016

Foto: Renan Silva

Em sessão extraordinária realizada no dia 22 de dezembro, o Conselho Universitário (Consuni) aprovou a proposta orçamentária para 2016. Embora o limite orçamentário de 2016 seja de R\$ 453.750.950,00 a proposta de orçamento, com base nas despesas executadas em 2015, é de R\$ 507.421.293,00.

Isso significa que a proposta foi aprovada reconhecendo a existência de déficit nas despesas previstas para 2016 de R\$ 53.670.343,00. Esse déficit somado ao déficit estimado no orçamento de 2015 (R\$128.690.210) projeta – se nada mudar – um déficit ainda maior em 2016: R\$ 182.360.553,00.

A aprovação da proposta orçamentária com déficit foi polêmica.

Valores

A proposta orçamentária do chamado Outros Custeios e Capital (OCC) inclui itens denominados de funcionamento (como combustível, manutenção, energia, limpeza), geral (material de consumo, capacitação e qualificação de servidores, obras de reforma, entre outros) e de investimento geral (como apoio à assistência estudantil, equipamentos e material permanente e outros).

Ao todo são 73 itens e, em mais de cinquenta, o percentual que representa gasto no orçamento de 2016 será menor que o do orçamento anterior. Ou seja, muitas despesas foram reduzidas.

Despesas previstas para 2016

A manutenção dos campi (que em 2015 ficou em R\$ 32.066.381,00) está estimada em R\$ 37.670.006,00.

Serviços de energia elétrica, que em 2015 representaram gastos de R\$ 23.500.000,00, estão estimados em R\$ 51.592.430,44.

Serviços de conservação e limpeza saltaram de R\$ 26.361.851,00 para R\$ 42.060.000,00.

Vigilância: em 2015, a UFRJ gastou R\$ 27.221.809,00 e no chamado Complexo HU, R\$ 5.149.515,00. Em 2016, reunindo ambos, a previsão é de R\$ 40.671.550,00.

Serviços terceirizados na UFRJ (que custaram R\$ 12.475.196,00 em

2015) custarão R\$ 19.904.254,94. No HU, passarão de R\$ 10.729.160,00 para R\$ 8.495.745,06.

Para extraquadro do HU, cuja despesa foi de R\$ 5 milhões em 2015, há previsão de R\$ 15 milhões para este ano.

Críticas ao déficit

Alguns conselheiros reclamaram por ter que aprovar o orçamento com previsão de déficit. Houve quem chegasse a sugerir que a proposta deveria se adequar ao limite orçamentário do MEC.

Outro aspecto muito debatido foi a necessidade de revisão urgente da matriz nacional de distribuição de recursos, a chamada matriz-Andifes (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior: uma divisão que não enxerga situações como a dimensão da UFRJ, com 12 prédios tombados pelo Iphan, a depreciação das instalações e a diversidade de cursos considerados caros. A questão foi levada pelo reitor Roberto Leher à Andifes e ao MEC nos dias 16 e 17 de dezembro.

A estudante Gabriela Celestino destacou que o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho é o que mais tem sofrido com a crise em virtude do ajuste fiscal. Para ela, além de ser um problema que envolve vidas, é um problema político, porque representa a luta contra a entrega dos hospitais universitários à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

Para a conselheira Denise Pires, titular do Centro de Ciências da Saúde (CCS), a UFRJ está doente, e o HU é doente terminal.

Categoria protesta

Os técnicos-administrativos protestaram com um boneco de bola de gás onde deveriam estar sentados os conselheiros eleitos para representar a categoria no órgão colegiado máximo da UFRJ. O cartaz reivindicava: “Chega de intervenção. Queremos nossa representação”, numa crítica à demora na conclusão do processo eleitoral, que foi interrompido pelo Consuni por solicitação de uma das chapas concorrentes.

O coordenador-geral do Sintufrj Francisco de Assis afirmou na sua



MOMENTO em que os conselheiros votam a proposta de orçamento de 2016

intervenção que não considera o HU um paciente terminal: “O que vejo é que se quer amputar o hospital da universidade. E essa é a luta dos trabalhadores técnico-administrativos. Não aceitamos a cessão do hospital e nem a análise de que a unidade é um doente terminal. Isso é para justificar a desvinculação do hospital da universidade”.

Assis também apontou como origem da crise na terceirização a extinção de cargos técnico-administrativos. “Temos que somar forças, porque nos dividir hoje só pode levar ao caos. O HU precisa de apoio e é necessário que se debatam meios de superar a crise que ele vive”.

Capacitação e assistência estudantil

O pró-reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças, Roberto Gambine, adiantou aspectos da política orçamentária para 2016. Dentre eles, uma postura ativa de recuperação do orçamento junto ao MEC, reavaliação dos contratos, revisão dos processos de fiscalização, racionalização do consumo, contingenciamento e ampliação da discussão das necessidades orçamentárias com a comunidade.

Um dos aspectos destacados na proposta orçamentária, segundo Gambine, é o aumento da participação no orçamento das políticas estudantis de 18,66% (em 2015) para 24,19% em 2016, e a destinação de 1% do orçamento,

conforme define a legislação, para fins de capacitação. O valor será de R\$ 4,5 milhões (R\$1,5 milhão dos quais como gratificação de cursos).

Para os extraquadro dos hospitais, foram previstas despesas por seis meses, em função de tratativas com os Ministérios do Planejamento e da Educação para contratação desses trabalhadores pela CLT, na forma de contratos temporários.

Parecer pede aprovação

O parecer da Comissão de Desenvolvimento do Consuni apontou sugestões, como a organização de comissão pelo colegiado, com representantes dos centros, para discussão do orçamento participativo (com a matriz de distribuição interna de recursos) para 2017, e encaminhou pela aprovação da proposta orçamentária.

O professor Erikson Almendra parabenizou o reitor pela visão de que a luta deve se dar no que toca à matriz da Andifes, para que, no próximo ano, ela seja mais favorável à UFRJ, porque o que se estava fazendo ali era discutir o valor que o MEC já destinou.

“Não tenho como fazer uma análise criteriosa (do orçamento proposto) neste momento. Vou me abster”, disse um professor, justificando que tinha dificuldade de entender como aprovar um orçamento deficitário.

A estudante Mayara Gomes lembrou que, em outras gestões,

o orçamento era apresentado 48 ou 72 horas antes da sessão. “Na gestão de Leher, algumas coisas estão mudando, embora ainda seja pouco. Ao longo de todas as sessões do Consuni, ele falou sobre o orçamento da UFRJ e colocando os problemas. Também pela primeira vez tivemos uma audiência pública que tratou sobre o orçamento”, destacou a conselheira.

O decano do Centro de Tecnologia (CT), Fernando Ribeiro, também destacou a maneira democrática como o orçamento foi discutido com as decanias e as unidades, apurando necessidades e urgências. “Nunca vi tanto diálogo e transparência para com as unidades”, disse.

Leher explicou que o déficit é um instrumento de planejamento para redirecionar despesas e reivindicar aumento de recursos. “Temos que fazer uma projeção”, afirmou.

A proposta foi aprovada pela maioria, com três votos contrários e sete abstenções. Dentre os pedidos de declaração de voto estavam dois de conselheiros da bancada estudantil. Para eles, o corte do orçamento para a Educação aprofunda a precarização da universidade, portanto, o orçamento não deve partir da incorporação passiva dos cortes, pois há itens urgentes que compõem o orçamento, como a atualização dos contratos de aluguel, de energia e com as empresas terceirizadas.

SAÚDE

Resoluções do I Fórum de Políticas de Saúde do Trabalhador da UFRJ

Foto: Divulgação

O I Fórum de Políticas de Saúde do Trabalhador da UFRJ, realizado de 2 a 4 de dezembro no auditório da Coppetec, na Cidade Universitária, definiu diretrizes para implantação de ações visando ao bem-estar da comunidade universitária, mas com a participação das entidades representativas dos segmentos (técnicos-administrativos, professores e estudantes).

O evento, organizado pela Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador (CPST), constou de palestras, mesas-redondas e grupos de trabalho, que elaboraram propostas durante os três dias de trabalho. Participaram representantes da maioria dos institutos e dos campi.

Encaminhamentos

Das inúmeras propostas resultantes dos grupos de Promoção da Saúde do Trabalhador, Vigilância em Saúde e Perícias Oficiais, a subcoordenadora institucional da CPST, Larissa Baruque, sistematizou as principais para conhecimento da comunidade universitária. Muitas delas, segundo o coordenador da CPST, Eduardo Oliveira, podem ser postas em prática internamente pela CPST.

Após a compilação das propostas, elas servirão de alicerce para a elaboração de diretrizes a serem encaminhadas à Administração Central da UFRJ e posteriormente aos órgãos superiores, como o Conselho Universitário (Consuni). Ficou decidido também que o II Fórum de Políticas de Saúde do Trabalhador da UFRJ será realizado em novembro de 2016.

O grupo que elaborará o documento oficial do Fórum foi formado no próprio evento, e dele fazem parte representantes da CPST, do Sintufjr e de outros institutos e unidades, como, por exemplo, da Faculdade de Educação, da Prefeitura Universitária, do Centro de Ciências da Saúde (CCS) e da Pró-Reitoria de Extensão (PR-6). Estava previsto para o dia 16 de dezembro, às 10h, na CPST, a primeira reunião do grupo.

Avaliações

Larissa Baruque expôs o sentimento da equipe da CPST com a realização do I Fórum. “O



COORDENADOR-GERAL do Sintufjr Francisco de Assis participou do fechamento do Fórum

sentimento foi o de dever cumprido e de muita esperança para que possamos pensar, elaborar e cobrar uma política de saúde que responda aos anseios de todos os trabalhadores da nossa UFRJ”.

O coordenador-geral do Sintufjr Francisco de Assis considerou a iniciativa muito profícua considerando a atual conjuntura política do país. “Estamos vivendo um momento muito delicado. Está em xeque a democracia no país, e o Sintufjr tem a obrigação de estar presente fazendo pressão nas ruas”, afirmou. O sindicalista ressaltou a preocupação da entidade com a área de saúde, citando como exemplo a luta contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e a defesa dos hospitais universitários.

Francisco afirmou que o Sindicato apoia e luta por uma política institucional efetiva de saúde do trabalhador, e enalteceu a organização da comunidade universitária para cobrar essa política.

Propostas aprovadas

1. Melhoria das condições físicas de trabalho, com a construção da sede da CPST;

2. Descentralizar as ações da política de atenção à saúde do trabalhador por meio da criação dos polos da CPST em promoção da saúde nos campi;

3. Maior capacitação dos profissionais em saúde do trabalhador;

4. Conhecer o perfil dos trabalhadores admitidos e efetivos em termos de saúde;

5. Apoio, incentivo e comprometimento da alta gestão na implementação e manutenção das Comissões Internas de Saúde do Servidor Público (Cissps) por centro/unidade;

6. Articular as ações da política de saúde do trabalhador da CPST nas unidades;

7. Estabelecer contrapartida das unidades da administração pública federal que são atendidas pela UFRJ;

8. Criar uma seção para o Polo de Saúde Mental (Prasmet);

9. Fortalecer e ampliar o Comitê Técnico Acadêmico na UFRJ e também em outras unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass);

10. Estabelecer parcerias com o município e estado do Rio de Janeiro no âmbito das campanhas de saúde;

11. Rapidez no atendimento às demandas de TIC – manutenção de equipamentos, indisponibilidade de sistema, entre outras;

12. Canal de comunicação eficiente na UFRJ entre

o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e a CPST, para o cadastramento e manutenção de senhas de acesso ao Siape-Saúde;

13. Realização de parcerias que viabilizem a realização de exames periódicos;

14. Desenvolver e aplicar o programa de higiene ocupacional, prevendo a contratação de laboratórios especializados para leitura de amostras de ar;

15. Criar normas contratuais em Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) a serem cumpridas pelas terceirizadas e suas subcontratadas e prestadoras de serviço, de caráter obrigatório impeditivo a serem apresentadas antes do início de suas atividades;

16. Criação de rubrica para execução e manutenção de ações em SMS (equipamentos, EPs, EPCs, Calibração etc.), considerando requisitos quantitativos e qualitativos no âmbito de toda a comunidade universitária e seus campi;

17. Participação da equipe de SMS da CPST em comissões para obtenção do Certificado de Aprovação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro;

18. Responsabilização dos gestores dos centros e unidades referente a alteração, ampliação e criação de edificações irregulares alheias aos projetos executivos originais;

19. Respeito à hierarquia institucional, isto é, iniciativas em SMS oriundas de outras unidades deverão ser supervisionadas e/ou integradas à CPST;

20. Autoridade e autonomia plena para que, estando em atividade oficial de vigilância, a equipe da CPST possa adentrar, inspecionar, arguir, interditar, embargar, acompanhar, liberar, orientar, notificar e cobrar aplicação das orientações técnicas de caráter preditivo, preventivo e corretivo nos ambientes laborais, dos gestores e servidores acerca das questões de saúde, segurança e meio ambiente.

CPST informa

A CPST esclarece que a informação do coordenador da CPST Eduardo Oliveira publicada na edição do Jornal do Sintufjr nº 145 é a de que existe um desejo de todos que haja a implantação de uma UPA dentro do campus,

pois muitos servidores necessitam de atendimento, principalmente o emergencial, e a CPST, por motivos legais, não pode realizar essa assistência. Portanto, o coordenador não afirmou que estava negociando a implantação da UPA.

Ipub trata os viciados em tecnologia

DETOX DIGITAL



O uso excessivo de celular pode viciar? Você sofre de dependência tecnológica? Se sua vida está sendo afetada por obsessão pelas redes sociais ou games, o Instituto de Psiquiatria da UFRJ criou o Instituto Delete, que oferece, gratuitamente, um “detox digital”.

Com dedos ágeis passeando sobre as teclas do celular, a estudante atravessava, desatenta, a rua entre o Centro de Ciências da Saúde (CCS) e a Escola de Educação Física – unidades localizadas na Cidade Universitária – quando uma buzina insistente de um carro a alertou para o perigo iminente, já que o sinal, para ela, estava fechado. Felizmente a jovem teve tempo de sair da pista. Além do susto, nada grave aconteceu. Mas poderia.

Segundo a Agência Brasil, o celular no trânsito causa 1,3 milhão de acidentes por ano, e 80% dos motoristas admitem que utilizam o aparelho ou outras tecnologias que geram distração enquanto dirigem. E, numa conjuntura em que 50% do total dos lares brasileiros estão conectados e 81,5 milhões de pessoas acessam a rede por celular (47% dos brasileiros), segundo pesquisa do Centro de Estudos sobre Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic.br), há outros aspectos que afloram com o uso errado ou abusivo das novas tecnologias.

Medo de ficar sem celular

O impacto das novas tecnologias no cotidiano é o tema do livro *Nomofobia*, lançado em 2014 (editora Atheneu), que reúne uma coletânea de textos sobre o assunto organizado por Anna Lucia Spear King, Antônio Egídio Nardi e Adriana Cardoso, todos pesquisadores do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (Ipub). O livro aborda a dependência das pessoas a celular e a internet, e é fruto do trabalho do Instituto Delete (Desintoxicação de Tecnologias).

A palavra “nomofobia”, que dá título ao livro, surgiu na Inglaterra a partir da expressão “no mobile phone phobia”, que significa fobia de ficar sem celular. Doutora em saúde mental, psicóloga clínica, psicoterapeuta cognitivo-comportamental, membro do Comitê de Bioética do Ipub e professora da pós-graduação sobre o tema “O impacto das novas tecnologias interferindo no comportamento humano”, Anna Lucia King é a coordenadora do Instituto Delete.

O grupo surgiu com o seu projeto



ANNA Lucia e Flávia Quimarães numa sessão com a mais nova paciente do Delete

de pós-doutorado orientado pelo professor Antônio Egídio, para atender a uma demanda de pacientes cada vez mais frequente no ambulatório. Foi institucionalizado na UFRJ em 2013 e é especializado no atendimento aos usuários abusivos e dependentes das tecnologias, e também no que chamam de “detox digital” – educação e orientação para um uso consciente de aparelhos e das redes virtuais.

O que é ser dependente digital

Segundo os pesquisadores, a dependência digital não está diretamente relacionada ao tempo de conexão; mas à perda de controle na vida real. Por exemplo, quando se gasta mais tempo na internet do que o dedicado aos programas reais; irritação, ansiedade e medo, alterações do sono quando não se está conectado; comprometimento das relações da vida real, como educação, desempenho profissional e social.

E em caso de abstinência, os dependentes de tecnologia podem sentir até sintomas como taquicardia, tremores, alterações respiratórias e suor excessivo. O Instituto Delete criou testes para medir a dependência ao WhatsApp, Facebook e afins, disponíveis no site institutodelete.com.br.

Anna Lucia explica que a linha que separa o uso do abuso é muito tênue. “Mesmo que se use muito o celular, isso não caracteriza o vício. Na dependência patológica, o uso excessivo está ligado a um transtorno de ansiedade, como o pânico ou fobia social”, diz ela.

Tratamento no Delete

Quem procura o serviço, que

funciona às sextas-feiras, das 8h às 11h, no Cipe Antigo – setor do Ipub que trata transtornos específicos, como ansiedade, pânico e depressão, na Praia Vermelha –, passa por uma triagem com psicólogos, respondem a questionários e são encaminhados para a avaliação médica.

Isso tudo é para verificar se o uso excessivo de aparelhos digitais é por lazer ou trabalho (considerado normal) ou se está relacionado a algum transtorno (uso considerado patológico). Nesse último caso, os profissionais oferecem tratamento médico e psicológico gratuito.

As pessoas são submetidas a oito sessões de terapia para aprender como lidar com o problema. “Uma vez que o transtorno é equilibrado, reduz-se o uso abusivo”, informa Anna Lucia. Mais de 500 pessoas – nem todas por uso abusivo – já foram tratadas no Delete.

Usuários sem transtorno são atendidos de outra forma: recebem orientação para o uso consciente. “A gente informa os 10 passos do Instituto Delete para uso consciente das tecnologias (veja box a seguir) e também as normas de etiqueta digital para o uso saudável”, explica a coordenadora do Instituto Delete.

Admitir é importante

Em geral, é por iniciativa própria que as pessoas procuram o Delete ao perceberem prejuízo no relacionamento, problemas nos estudos, no trabalho e isolamento social. Enfim, quando avaliam que algo está errado, como conta Flávia Melo Campos Leite Guimarães, psicóloga do Delete.

Para Flávia, o melhor meio de evitar dependência, seja tecnológica

ou de drogas, é com prevenção e educação. Ela pondera que, para obter a reversão do uso nocivo para o saudável, é preciso admitir a dependência. “O primeiro passo para sair da dependência é se conscientizar, querer se tratar”, orienta.

“Não saio do telefone, da internet, da TV...”

“Não saio do telefone, da internet, da televisão. Estou com a TV ligada ao mesmo tempo em que falo ao telefone, no Facebook e na internet. Durmo com o celular ao meu lado, embaixo do travesseiro. Meu marido reclama demais. O relacionamento fica assim: ele para lá e eu para cá”, conta uma nova paciente – que acabara de fazer os testes. Ela vai começar o tratamento, que constará de oito sessões e, depois, uma reavaliação.

A paciente novata do Delete era secretária executiva e usava muito o computador. Mas parou de trabalhar há três anos por motivo de saúde e há quatro meses se aposentou. O ócio piorou a dependência, e ela pontua as consequências:

“Adio as coisas. Acabo dormindo mais tarde. Esqueço de ligar para marcar o médico. Comecei a sentir tendinite por ficar com o pescoço abaixado.”

Mas ela conta que há também a parte boa. “Tenho vários grupos de amizade. Encontrei amigos de infância, tanto da escola quanto do bairro em que nasci. E acompanho muito mais a vida do meu filho, que tem 30 anos e é bombeiro. Todo dia a gente se comunica (pela internet), e ele posta fotos para mim salvando vidas”, conta orgulhosa.

As pesquisadoras reconhecem

10 passos para a desintoxicação digital

- 1 - Bom senso para que o uso das tecnologias não se torne abuso no cotidiano.
- 2 - Atenção às consequências físicas (privação de sono, dores na coluna, problemas de visão) e psicológicas (depressão, angústia, ansiedade) devido ao uso abusivo.
- 3 - Dose o uso de tecnologias no cotidiano. Verifique se seu desempenho acadêmico, no trabalho, na família ou pessoal está sendo prejudicado.
- 4 - Não troque atividades, compromissos ou encontros ao ar livre para ficar conectado.
- 5 - Reflita sobre seus hábitos cotidianos e faça diferente.
- 6 - Prefira uma vida social real à virtual. Escolha relacionamentos e amizades reais.
- 7 - Pratique exercícios físicos regularmente. Crie intervalos regulares durante o uso das tecnologias fazendo alongamentos.
- 8 - Não abale o seu humor com publicações virtuais. Não acredite em tudo o que é postado e cuidado com o que você publica.
- 9 - Valorize suas relações pessoais, sociais e familiares. Não troque estas relações no dia a dia para ficar utilizando as tecnologias.
- 10 - Jogue o lixo eletrônico no local correto, recicle os aparelhos fora de uso e evite troca frequente sem necessidade.

que a internet tem aspectos positivos. “É só ter consciência, dosar. Em tudo é preciso equilíbrio. Somos a favor das tecnologias, mas defendemos o uso digital consciente”, conclui Anna Lucia.

Blitz digital com o Deletinho

O Instituto tem até mascote: o Deletinho – personagem que ganha vida com a ajuda de um animador, com o qual a equipe realiza a blitz digital, que é composta de visitas a estações do BRT, shoppings e empresas, para detectar e esclarecer sobre usos errados da tecnologia, como postura inadequada, manipular o celular descendo escada ou caminhando, entre outros.

Patch, em inglês, significa “retalho”. É a tradução do termo “patchwork” é literalmente “trabalho com retalhos”. Segundo um famoso dicionário, patchwork refere-se, ainda, a um tecido feito de retalhos variados e costurados e/ou a peças feitas com este tecido.

Mas essas definições são simples demais para precisar a arte do patchwork, que exige rigor, atenção, cálculos, dedicação e bom gosto na combinação das cores e formatos dos retalhos. É uma arte admirada e reconhecida mundialmente, com composições cada vez mais elaboradas, muitas em exposição em museus e foco de eventos internacionais.

Isso tudo e muito mais aprende-se na Oficina de Patchwork do Sintufjr, subordinada à Coordenação de Educação, Cultura e Formação Sindical e oferecida aos sindicalizados às segundas-feiras, das 9h às 12h, na subsele sindical no HU. A professora é a Débora Oliveira da Silva, que, segundo relato das alunas, “tem o dom para compartilhar seus conhecimentos com muita paciência e carinho”.

Além do ensinamento da técnica artística, as aulas de Débora são também horas de agradável convívio, uma terapia coletiva. Além de confeccionar com as próprias mãos lindas peças de decoração para casa, para presentear amigos e familiares – principalmente nesta época do ano –, há possibilidade de faturar uma



Fotos: Divulgação

ARLETE, Cecília, Marli, Débora, Marlene Aroeira, Marlene e Antônia



Patch amor / Patch terapia / Patch arte

Patchwork

Oficina de Patchwork do Sintufjr é tudo isso e muito mais, garantem as alunas, algumas fundadoras do curso

graninha extra em feiras de artesanato.

Em uma das últimas aulas antes do merecido recesso, as alunas aprimoraram a técnica da Teia de Aranha. Elas produziram centros e toalhas de mesa com

temas natalinos, bolsas e mochilas.

Marlene Aroeira mostra a mochila em preto e branco. Contadora, ela trabalhou em unidades como Coppe e Faculdade de Farmácia. Depois que se aposentou, foi dona de restaurante, até que resolveu “fazer

arte”. Há 10 anos Marlene faz parte da Oficina de Patchwork do Sintufjr. “Faz muito bem para mim. Tenho uma família grande, e todo ano presenteio com os trabalhos que faço. Além do que, é uma terapia. Adoro, adoro”, diz.

Lenir Cristaldi, uma das alunas fundadoras da Oficina, mostra, no celular, suas criações, como s um delicado caminho de mesa que fez para uma amiga de Portugal.

Ensinando sua arte desde 2000

Antes de se aposentar, em 1996, Débora era secretária executiva do Serviço de Publicação da Reitoria. Em 2000, ela inaugurou a Oficina, e desde então socializa com as ex-colegas de trabalho da UFRJ sua arte, que também ensina no seu ateliê, no Centro da Cidade. A bandeira do Sintufjr, feita de patchwork e exposta na recepção da sede da entidade, é trabalho dela.

Segundo Débora, a Oficina de Patchwork foi uma iniciativa da Coordenação de Aposentados e Pensionistas. As aulas sempre foram gratuitas e a direção sindical ainda fornece os tecidos – sempre de boa qualidade – para a confecção dos trabalhos. Mas cada aluna tem que levar seu próprio kit básico de costura (linha, agulha, alfinetes, tesoura, régua etc).

Atualmente são 35 alunas matriculadas, mas apenas 11 frequentam assiduamente as aulas – o que acaba sendo positivo, porque a professora consegue dar atenção especial a todas. “Mas não rejeitamos

nenhuma interessada”, diz ela. “Quem quiser entrar para a Oficina é só se inscrever na secretaria da sede do Sindicato”, informa.

“Por se tratar de trabalhos com retalhos, muita gente chega à Oficina achando que patchwork é uma técnica boba. Mas logo constata que não é nada disso: exige cálculo e cuidado”, conta Débora, acrescentando, porém, que a finalidade da Oficina não é somente trabalhar a mente das aposentadas: “O que fazemos influencia positivamente pessoas com Alzheimer, depressão, e até no apoio a casos de câncer”.

Metodologia

O curso de patchwork começa com os módulos básico e pós-básico (são quatro aulas de cada módulo), seguidos dos módulos fácil, intermediário e o difícil. Nos três últimos o aluno avança à medida que realiza as tarefas propostas, utilizando o conjunto de técnicas apreendidas. Portanto, o tempo de aprendizagem varia, pois é de acordo com o desenvolvimento de cada um.

“Patchwork é bom para ensinar disciplina. Não se pode fazer de qualquer jeito”, diz a aluna Quitéria de Lima Cunha, que acompanha o curso desde o iníciozinho. Ela trabalhava no Hesfa, mas se aposentou há três anos e meio.

Quitéria conta que conheceu a técnica por revistas e sempre achou muito bonito. Nunca aprendeu a costurar, mas domina a arte de patchwork. “É uma higiene mental. Tenho problemas como todo mundo, e a Oficina é uma terapia”, afirma. Todas as peças que faz ela presenteia alguém.

Marlene Barbosa Aires é iniciante na Oficina. Mas, com apenas três aulas, já quase domina a técnica. Ela disse que chegou ao curso por insistência da filha, que é servidora do Instituto de Bioquímica. Ela elogia a paciência da professora Debora.

Marli Amara trabalhou 28 anos como nutricionista do HU. Sempre gostou de costura e por isso foi conhecer a Oficina. “Vim e me apaixonei. Estou há cinco anos aqui. É uma febre. Uma cachaça. Mas (a técnica) dá trabalho. Tem que gostar”,

diz ela, que junto com Débora e uma outra amiga decidiram viajar para conhecer o Museu Nacional de Quilt e Patchwork em Paduca (EUA). Viajar de vez em quando já é rotina na Oficina. Professora e alunas gostam de participar de festivais nacionais ou internacionais.

Arlete Gomes da Motta de Freitas frequenta o curso há mais de três anos. Ela destaca a integração entre as pessoas, a paciência de Débora, as amizades que fez no curso e o papel importante que o filho teve para que se inscrevesse na Oficina. “Ele queria que eu me ocupasse, mas o patchwork é mais que isso para mim, é uma terapia. Eu já gostava de costurar e pude me aperfeiçoar. Até vendo as bolsas que faço. Participo de feiras nacionais”. Arlete já foi a Huston e a Paduca, em 2013.

Cecília Silva dos Santos frequenta o curso há um ano e oito meses, também por insistência do filho, que pediu para que saísse um pouco de casa depois que a mãe faleceu, quando entrou em depressão. “A gente se entretém. É preciso atenção às aulas, mas, depois, continuamos o trabalho em casa”, explica.

